

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

NASCIMENTO, Aparecida Oliveira do¹

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein²

RESUMO

Esse artigo aborda a importância da valorização da diversidade étnico-racial nas relações escolares no Brasil, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo foi verificar se há nas escolas uma educação inclusiva, reconhecendo a importância da diversidade e promovendo o respeito às diferenças. O estudo foi realizado com professores de uma escola em Naviraí-MS, a metodologia que envolveu pesquisa bibliográfica e um estudo de campo com questionário aplicado aos quatro docentes, visando investigar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas em sala de aula. A pesquisa revelou a existência de desafios como preconceito, exclusão social e falta de conhecimento e preparação dos professores. Os objetivos específicos da pesquisa foram delineados com o intuito de investigar a aplicação da Lei 10.639/03 em sala de aula, analisar como a escola tem trabalhado a temática das relações étnico-raciais com os alunos, identificar as dificuldades enfrentadas e as medidas tomadas perante situações de preconceito. Os resultados mostraram que os professores têm percepções diferentes sobre o trabalho com crianças e tiveram diferentes contatos iniciais com o tema étnico-racial. Todos afirmaram conhecer a Lei 10.639/03, que trata do ensino de história afro-brasileira e africana. Os professores concordaram que a Lei é uma ferramenta importante, no entanto, a criação de leis não é suficiente para causar mudanças sociais, e nem todas as mudanças sociais são encontradas na lei.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/03, educação étnico racial, preconceito, raça, etnia

1. INTRODUÇÃO

A temática das relações étnico-raciais se constitui na questão da valorização da diversidade étnico-racial na sociedade, especificamente no âmbito escolar, pois sabe-se que o Brasil é considerado um país miscigenado, formado por diferentes etnias, raças,

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Naviraí, MS.

² Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Naviraí, MS.

cores e culturas, e se existe um número expressivo de negros no país, conclui que eles são importantes na construção da identidade cultural brasileira e trabalhar questões relacionadas a esse tema nas instituições escolares ainda é um desafio a ser superado, não somente pelas situações de preconceito e exclusão social, mas também por falta de conhecimento e até mesmo de capacitação dos professores.

Nesse contexto, este trabalho discute sobre a relação da cultura afro no ambiente da sala de aula e aborda sobre a importância das ações e orientações para a educação das relações étnico-raciais e das práticas pedagógicas nos anos iniciais, com o objetivo de constatar como estão sendo definidas as questões étnico-raciais no espaço escolar, buscando responder os seguintes questionamentos: qual o papel do professor para a inserção da temática étnico-raciais? Como está sendo implantada a Lei nº 10.639/03 em sala de aula? Os professores têm conseguido contemplar a temática étnico-racial nas suas práticas pedagógicas em sala de aula?

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de campo, realizamos uma entrevista com relatos de quatro professores, sendo dois do 1º ano e dois do 3º ano do ensino fundamental, é importante salientar que os docentes mencionados foram os únicos a demonstrarem disposição para participar da presente pesquisa, todos atuantes em uma escola do município de Naviraí-MS.

As crianças nesta faixa etária estão em um período de formação de suas identidades e valores, e o ambiente escolar tem um papel fundamental nesse processo. Além disso, o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades. Os professores, portanto, tem um papel importante a desempenhar na promoção de uma educação antirracista e inclusiva, a pesquisa pode ajudar a identificar os desafios e as oportunidades para que isso ocorra.

Outro motivo é que o ensino fundamental é a base para a formação acadêmica profissional das crianças, e é importante que os professores sejam capazes de oferecer um ensino que reflita a diversidade da sociedade brasileira. Ao compreender melhor as relações étnico-raciais e como elas afetam a educação, os professores podem criar um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para todos os alunos, independentemente de sua origem étnico-racial.

Por fim, é importante destacar que a pesquisa sobre relações étnico-raciais com professores do 1º e 3º ano do ensino fundamental pode contribuir para a produção de conhecimento científico sobre a educação brasileira e ajudar a desenvolver políticas públicas mais eficazes para melhorar a qualidade da educação no país.

A questão racial é um problema histórico no Brasil e isso tem reflexo no ambiente escolar. A escolha do tema deu-se pela observação de práticas de exclusão, ocorridas com crianças a partir dos seis anos de idade no ambiente escolar, principalmente pelo fato de serem negras. Tal percepção se deu a partir da observação do Estágio Obrigatório do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí-MS. Foi possível perceber como essa exclusão pode afetar, ser cruel e dolorosa na vida das crianças. Cientes de que muitas crianças são influenciadas pelo ambiente familiar, estas chegam às escolas cheias de preconceito e estereótipos com as pessoas negras e, em consequência, apresentam tratamento diferenciado com os colegas. Assim, a dificuldade de enfrentar a questão do preconceito na sala de aula foi o principal elemento que motivou o desenvolvimento da pesquisa.

A atitude das outras crianças em relação ao único menino negro na sala de aula (de estágio) é o exemplo que evidencia isso. Ele era constantemente excluído das brincadeiras, sofria preconceito e era chamado de “sujo”. Essa situação não só afetava a autoestima do menino, mas também criava um ambiente hostil para ele na escola, o que pode prejudicar o seu aprendizado e a sua socialização.

É papel dos educadores e da escola como um todo, criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todas as crianças. Para isso, é fundamental que o tema das relações étnico-raciais seja abordado desde cedo, de forma simples e objetiva, para que as crianças possam compreender a importância da diversidade e do respeito às diferenças. Isso envolve a valorização da cultura afro-brasileira, a promoção da igualdade racial e a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

O estudo teve como objetivo geral investigar como são estabelecidas as relações étnico-raciais nos anos iniciais do ensino fundamental em uma instituição pública no município de Naviraí-MS. Os objetivos específicos do trabalho foram: I) investigar se a Lei nº 10.639/03 está sendo aplicada em sala de aula; II) analisar como a escola tem trabalhado a temática das relações étnico-raciais com os alunos; III) identificar as dificuldades da escola e dos professores perante situações de preconceito no âmbito escolar e quais medidas são tomadas para a solução deste problema; IV) mostrar a importância das relações étnico-raciais para educação.

De acordo com Munanga (2004), o conceito de raça não tem fundamentação biológica e é uma construção social que varia ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais. Ele destaca que o conceito de raça tem origem na botânica e na zoologia, área em que era utilizado para classificar espécies de seres vivos. No latim medieval, o

conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que possuem algumas características físicas em comum. Além disso, o termo também foi empregado durante a Idade Medieval para designar classes sociais. Já etnia refere-se a um grupo social que compartilha características culturais, históricas, linguísticas e religiosas, territoriais e outros traços identitários. Ao contrário do conceito raça, a etnia não é baseada em supostas diferenças biológicas, mas sim em construções sociais e culturais. O autor Munanga (2004) enfatiza que a etnia é uma identidade coletiva construída e reforçada por interações sociais e históricas, os grupos étnicos são formados por indivíduos que se identificam com uma determinada cultura, geralmente com base em uma história comum ou experiências compartilhadas.

Destaca que as identidades étnicas são dinâmicas e podem mudar ao longo do tempo, à medida que os grupos interagem, se adaptam e transformam suas características culturais. Munanga (2004) para o autor o termo etnia representa uma construção social e cultural, que se baseia em características compartilhadas pelos membros de um grupo, e destaca a importância de reconhecer, valorizar e promover a igualdade entre os diferentes grupos étnicos.

O Brasil é conhecido por ser um país multiétnico e pluricultural porque é constituído por uma imensidão de pessoas e culturas diferentes. Todavia, a partir da percepção concebida que há diferenças entre povos e grupos pertencentes, são criadas ideologias de superioridade, que forma o preconceito e toda forma de discriminação, principalmente no âmbito escolar, espaço em que as diferenças, sejam elas racial, religiosa, sexual, se revelam com mais ênfase.

É importante ressaltar que a falta de conhecimento do professor a respeito das questões das relações étnico-raciais é um problema agravante, pois se ele não estiver preparado, inevitavelmente não saberá lidar e nem resolver situações de preconceito em sala de aula.

Por esse motivo, é necessário oportunizar à equipe de professores e gestores, estudos e formações voltadas para a temática das relações étnico-raciais, para que haja uma mudança de pensamentos e principalmente mudança no modo de planejar e executar suas aulas.

Este artigo está dividido em quatro partes, a primeira é a introdução que aborda o tema e o contexto do estudo, segunda tem como intuito apresentar o referencial teórico

que direcionou a leitura e as reflexões desta pesquisa; na terceira parte apresenta a metodologia adotada, resultado de uma pesquisa qualitativa, apontando o passo a passo da investigação; a quarta parte diz respeito a descrição e análise de dados, especificamente do trabalho com entrevistas realizadas com professores dos anos iniciais do ensino fundamental e finalizando com as considerações finais e referências. Portanto, o texto tem a pretensão de inserir o leitor a refletir sobre a necessidade em discutir sobre a temática das relações étnico-raciais no âmbito escolar, demonstrando que ser diferente não é problema, pois são as diferenças que nos torna iguais.

2. PRECEDENTES GERAIS DA LEI 10639/03

No século XIX, o racismo biológico tinha grande ênfase e compreendia-se a desigualdade entre as pessoas especialmente a população negra, por meio do conceito de raça, sendo tratados como seres inferiores e tendo características de sua cultura e religião excluídos, tornando-se de forma declarada e dissimulada no meio social.

A mistura de raças era “considerada um atraso para a nação, com muitos teóricos, no final do século XIX” (PEREIRA; DA SILVA, 2012, p. 2), isso demonstra a decadência e retardamento do Brasil devido a esse pensamento. Nesse período o racismo foi acentuado com a chegada dos europeus, pois eles atendiam uma demanda econômica, provocando um avanço no comércio, e conseqüentemente fortalecendo a burguesia como classe econômica, o que reforçava ainda mais o conceito de “branqueamento”, reafirmando a existência do negro e tendo a Europa como modelo perfeito a ser seguido.

Em 1888, a Princesa Imperial Regente Izabel, em nome do Imperador D. Pedro II, sancionou a *Lei Áurea*, que extinguiu a escravidão no Brasil, ou seja, os negros até então escravizados, deixaram de ter serventia, foram libertos e passaram a ser motivo de importunação para a sociedade, principalmente com o gradativo fluxo de mão de obra dos imigrantes europeus (PEREIRA; DA SILVA, 2012).

De acordo com Camata e Costa (2021) houve uma assistência e estímulo do governo brasileiro para imigrantes europeus, enquanto os negros recém-libertos e seus descendentes enfrentaram discriminação social, cultural e econômica. Essa discriminação resultou em uma série de desvantagem para os negros em termos de acesso a oportunidades, benfeitorias e igualdade de tratamento na sociedade brasileira pós-abolição da escravidão. Enquanto os imigrantes europeus recebiam apoio e estímulos governamentais para se estabelecerem no Brasil, os negros libertos foram deixados à

margem, enfrentando dificuldades para se integrarem a sociedade e terem acesso a recursos e direitos.

Após esse episódio, os negros não tiveram outra opção, tiveram que seguir seu caminho, separando-se dos seus familiares, da sua origem e da sua identidade. Assim, era de extrema importância que a decisão de pertencer a uma sociedade excludente, preconceituosa e discriminatória fosse do próprio negro, buscando novas maneiras de se assegurar, sobreviver e construir sua identidade novamente.

Foi assim que se concebeu a figura padronizada do negro, considerado um sujeito “de raça inferior”, julgamento que demonstrava o preconceito racial e estimulava segundo Munanga (2006), a ideia da superioridade do homem branco:

[...] apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude e na mestiçagem’, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior (MUNANGA, 2006, p.16).

Nesse sentido, é visível um cenário propagador de discriminação em relação aos negros e o alto grau de superioridade dos brancos, fator esse que reforça cada vez mais a ideologia da superioridade cultural das pessoas de pele branca, já que educação, atitudes de respeito e civilidade estariam relacionadas aos brancos e aos seus aspectos físicos enquanto a questão racial se associava à falta de respeito, ignorância e brutalidade.

Sabe-se que os grupos afro-brasileiros possuem uma história relacionada à educação e escolarização, todavia, é inegável que exista falta de informação, principalmente no que se refere a irregularidade nos conteúdos acerca da história da educação no Brasil.

Moniote (1976) por sua vez:

[...] Tece considerações sobre a tendência, que perdurou durante muito tempo, de excluir os povos não europeus das narrativas do campo histórico. Tal exclusão foi justificada por uma ideia de inexistência de fatos notáveis nas sociedades não europeias, antes do contato com os brancos. Para o autor, essa ideia “esterilizava os germes da curiosidade histórica, privada de objetos pela evidência previa (MONIOTE, 1976, p. 99).

O processo histórico o da Lei nº 10.639/03, compreende as práticas do movimento negro em parceria com membros do Partido dos Trabalhadores (PT)³ que de acordo com as pesquisas na década de 1990, foi o único partido com uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR)⁴.

Dias (2005) relata que a união dessas mobilizações enfraqueceu a memorável Marcha Zumbi dos Palmares em 20 de novembro de 1995, momento em que os negros se deslocaram até Brasília para entregar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o documento que denunciava no seu primeiro item referente ao diagnóstico, racismo e escola, configurando a escola como “[...] um espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas (PORTAL ÌROHÌN, 1996, p.11).

Logo em seguida, o Presidente Fernando Henrique divulgou no Diário Oficial da União o Decreto de 20 de novembro de 1995, mais tarde sendo revogado pelo Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019, que constituiu um Grupo de Trabalhos Internacionais, com o objetivo de fortalecer e desenvolver política para a valorização da população negra.

No dia 11 de março de 1999, o projeto de Lei nº 259 de 1999⁵ da Lei nº 10.639/03 foi apresentado ao Congresso Nacional, e a partir daí começaram os procedimentos para a ratificação da lei. No decorrer do período de quatro anos, os políticos comprometidos com a causa, não conseguiram ter poder suficiente para tirar o projeto do papel e transformá-lo em lei.

A Lei nº 10.639 foi aprovada em 1999, mas só foi sancionada pelo presidente da época, Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africanos e Afro-brasileiros nos estabelecimentos da Educação Básica, oficiais e particulares. A referida lei foi criada em cumprimento da promessa de

³ O PT foi fundado em 1980, no Colégio Sion (SP), período em que na história política, o Brasil era comandado pela ditadura militar. O líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva é apontado como principal fundador do partido que objetivava agregar forças com trabalhadores (urbanos e rurais), militantes de esquerda, intelectuais e membros do movimento negro. Reconhecido por suas mobilizações sindicais, em 1982 o PT passou a ser oficialmente um partido político brasileiro.

⁴ A secretaria organiza a atuação do PT nas cidades onde acontecem movimentos contra a desigualdade racial. Possibilita o combate à discriminação através da formação e apoio dos membros que atuam na luta de raça, gênero e classes.

⁵ A emenda do projeto de lei na ocasião dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/preposicoesWeb/fichadetramitacao?idPreposicao=15223>>. Acesso em: 12 out. 2022.

campanha, em que o então candidato, deixou claro o seu apoio e respeito às lutas e reivindicações do movimento negro brasileiro.

As décadas de 1970 e 1980 foram anos decisivos para propostas do movimento em serviço da reconstrução da identidade negra e da luta contra o racismo (BRASIL, 2003).

Nessa perspectiva, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assume uma ligação forte com as atividades do movimento negro:

[...] no início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e a discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sancionando a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (SANTOS apud, PINOTTI, 2016, p.6)

Assim, constata-se que a homologação da Lei foi um marco muito importante nos atos decorrentes na história do movimento negro no país, foi um ponto positivo para o governo do então presidente Lula, pois aos “olhos do povo”, o seu partido e o movimento negro tiveram um crescimento, além de ambos lutarem pela democracia racial.

A Lei nº 10.639/03 que altera a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e determina obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e o Parecer nº1/04 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que determina as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico-Raciais, que requer a atualização da modalidade de forma continuada para professores, tanto no conjunto de informações como para o ensino de qualidade na disciplina, conforme propõe a lei (BRASIL, 2003).

Dessa forma, é imprescindível que a equipe pedagógica (docentes e gestores) conheçam a Lei e coloquem-na em prática para que assim consigam contribuir no enfrentamento e no extermínio de todas as formas de preconceito, racismo, discriminação e desigualdade que está arraigada nos sistemas e instituições de ensino e por fim consigam garantir a igualdade de direitos dos negros sobre a educação.

3. METODOLOGIA

A princípio, como parte do trabalho de pesquisa realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre as relações étnico-raciais nos anos iniciais do ensino fundamental. Também foi feito um estudo de campo, por meio de questionários. De acordo com Gil (2002),

[...] na elaboração de um questionário para pesquisa, é fundamental planejá-lo cuidadosamente, levando em conta os objetivos do estudo e as informações desejadas. As questões devem ser claras, objetivas e diretas, para garantir que os participantes possam entendê-las e responder adequadamente. Adicionalmente é importante testar o questionário previamente para identificar possíveis problemas e ajustes necessários antes de aplicá-lo em grande escala.

Elaboramos um roteiro com perguntas abertas, a fim de conhecer as percepções das participantes em relações as questões étnico-raciais e o entendimento referente à Lei nº 10.639/03 que obriga o ensino de história afro-brasileira e africana no currículo escolar.

O questionário foi aplicado com quatro docentes, visto que dois atuam no 1º ano e dois desenvolvem seu trabalho no 3º ano do ensino fundamental, sendo que estes atuam na mesma instituição da rede pública de ensino, localizadas no município de Naviraí-MS.

As informações obtidas foram transcritas, analisadas e discutidas, simultaneamente com a bibliografia estudada no intuito de refutar alguns dos questionamentos levantados por esta pesquisa. Para tal, as respostas das participantes foram apresentadas em blocos, cumprindo a sequência das perguntas feitas nos questionários.

Para preservação e identificação dos dados dos sujeitos entrevistados, optamos por utilizar a inicial P para indicar o termo “Professor (a)” e os números de 1 a 4 para distingui-los. Dessa forma, utilizaremos as siglas “P1, P2, P3 e P4” para identificar os professores.

Quadro II – Questionário da pesquisa
1 -Como é trabalhar com crianças?
2 – Seu primeiro contato com o tema relações étnico-raciais?
3 - Você conhece o conteúdo da Lei nº 10.639/2003?
4 - Você acredita que a criação de leis é suficiente para garantir a inserção de conteúdos diferenciados no ambiente escolar? Essa Lei 10.639/03 pode afetar o cotidiano do aluno? Como?
5 - Você acredita que uma capacitação ou treinamento influencia na qualidade e nas técnicas das regências?

6 - Você acredita que os conhecimentos abordados nos cursos e capacitação são colocados em prática?
7 – No que se refere ao livro didático, você observa alguma diferença na abordagem sobre o conteúdo, relacionado a cultura afro-brasileira? E nas imagens e representações? Se sim, quais?
8 - Como acontece a inserção da temática étnico-racial na sala de aula?
9 – Já presenciou na sala de aula uma forma de preconceito ou discriminação? Se sim, relate.
10 – De que forma a escola contribui para a perpetuação das desigualdades raciais?

Fonte: NASCIMENTO, 2022.

No quadro II acima, apresentamos o questionário da pesquisa, contendo 10 questões que tinham como finalidade identificar como as questões e os conteúdos acerca das relações étnico-raciais são abordadas no âmbito da sala de aula, também é importante mencionar que as questões foram elaboradas de forma a abranger diferentes aspectos relacionados as relações étnico-raciais no ambiente escolar, desde a formação dos professores até a abordagem da temática em sala de aula e a identificação de possíveis formas de preconceito.

Quadro III: Identificação dos entrevistados					
Identificação	Idade	Sexo	Graduação	Formação Continuada	Tipo de vínculo
P1 (professora1)	55 anos	Feminino	Pedagogia	Pacto Nacional da Alfabetização (2018) Entre outros	Efetiva
P2 (professora2)	36 anos	Feminino	Pedagogia	_____	Efetiva
P3 (professora3)	28 anos	Feminino	Pedagogia e artes visuais	Música	Efetiva
P4 (professora4)	34 anos	Masculino	Pedagogia e Educação Física	_____	Efetivo

Fonte: NASCIMENTO. 2022.

No quadro III, apresentamos a descrição dos professores entrevistados na pesquisa. Três docentes são do sexo feminino, possuem idades entre 28 e 55 anos e um docente do sexo masculino de 34 anos de idade. Conforme exposto no quadro, os quatro professores possuem graduação em pedagogia, sendo que além desta, a P3 tem formação em artes visuais e P4, graduado na área da educação física.

No que se refere a formação continuada, apenas a P1 mencionou que participou da formação do Pacto Nacional da Alfabetização em 2018. ⁶O Pacto Nacional da

⁶ O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi uma iniciativa do governo federal brasileiro criada em 2012 com o objetivo de garantir que todas as crianças brasileiras estejam plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano ensino fundamental.

Alfabetização na idade certa (PNAIC) foi uma iniciativa do governo federal brasileiro criada em 2012 com o objetivo de garantir que todas as crianças brasileiras estejam plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º do ensino fundamental, e

P3 que possui formação de música. No que concerne ao tipo de vínculo que os entrevistados têm com a escola, ambos são professores efetivos, ou seja, são professores que possuem estabilidade na carreira.

4. DISCUSSÃO DE DADOS

Inicialmente perguntou-se aos entrevistados sobre a experiência de trabalhar com as crianças. Em resposta, a P1 e P2 restringiram-se a falar sobre suas vivências com crianças. Em resposta, a P1 disse que precisa gostar, ter dom, disposição e criatividade, P2 afirma que “[...] faço o que eu gosto, gosto de trabalhar com alfabetização”. De acordo com os relatos apresentados, as professoras não especificaram como é a experiência de trabalhar com as crianças, apenas mencionaram a forma como gostam de trabalhar e daquilo que é necessário para exercer a função de professor.

Os demais professores, ao responderem essa questão, trouxeram respostas relevantes sobre suas experiências de trabalho com as crianças. P3 e P4 utilizaram as palavras “muito bom” e “gratificante” como referência para definirem a experiência de trabalhar com crianças, pois participar e acompanhar o desenvolvimento dos seus alunos torna-se uma experiência única e significativa. A respeito disso, um estudo de Gatti (2000) revela que esse desejo, engajamento e amor pelo trabalho ocorre por grande parte, devido ao vínculo que os professores estabelecem com seus alunos, que causa de alguma forma satisfação e possibilidade de acompanhar e ajudar no desenvolvimento deles.

Em seguida, perguntou-se sobre o contato inicial dos professores como o tema étnico-racial. Ao responderem essa questão, uma das professoras fez alusão vaga referente ao que foi perguntado, conforme observa-se no relato de P1 “[...] conhecer, valorizar, respeitar todas as contribuições culturais brasileiras”. Percebe-se, portanto, uma resposta voltada para aquisição de conhecimento e as contribuições fomentada por meio de estudo acerca das relações étnicas-raciais.

Os demais professores, foram mais literais com seus relatos: P2 “Através de um curso que fiz na UFMS”, P3 “[...] foi por meio de um trabalho dentro da disciplina de artes sobre história africana e afrodescendente e as máscaras”, P2 “[...] durante a semana da consciência negra”. Verifica-se por meio das falas, que P3 e P4 tiveram seu primeiro contato com a temática dentro do contexto escolar, já P2 seu contato inicial foi através de um curso de capacitação realizado fora da escola.

Nessa perspectiva, percebe-se que atualmente, o tema étnico racial ainda é pouco trabalhado na escola, na maioria das vezes, esse assunto é abordado em datas específicas como foi mencionado por P4. Acredita-se que a escola deve ter um olhar mais voltado para o ensino e aprendizagem das questões das relações étnico-raciais. Acerca disso, a autora Spricigo (2014, p.5) enfatiza que:

A escola tem o papel de oferecer momentos de oportunidades para que aconteça uma preparação entre os professores, que se torna importante tanto na construção inicial quanto na formação continuada para que saibam lidar com o tema da diversidade étnico-racial no ambiente escolar, proporcionando um diálogo mais aberto de socialização, desmitificando as discriminações que ocorre no ambiente escolar. (Spricigo,2014, p.5 apud, FREITAS, Kallyane B.,2019, p 21).

Assim, se faz necessário que haja uma conscientização e compreensão do grupo escolar sobre a importância de não apenas discutir sobre esse tema, mas também considerar a imprescindibilidade de maior aperfeiçoamento na formação de professores, seja inicial ou continuada.

Na questão posterior buscamos saber sobre o conhecimento dos entrevistados referente aos conteúdos contidos na Lei nº 10.639/2003. Em resposta, todos professores disseram ter conhecimento sobre os conteúdos inclusos na Lei nº 10.639/2003. Todavia os professores em suas colocações não mencionaram quais são os conteúdos programáticos sobre a história e cultura afro-brasileira.

Sendo assim, pontuamos que o conteúdo referenciado na Lei inclui

[...] o estudo da história da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil (BRASIL, 2003, p.1).

Nesse sentido, pode-se dizer que uma das finalidades dessa Lei é fazer que as pessoas tenham uma visão mais ampla sobre a história e a cultura afro-brasileira, valorizando uma das principais características do país, que é a diversidade cultural:

Creio que tão importante quanto levar para a escola básica a história da escravidão seja, nesse processo, inserir e enfatizar nas aulas as histórias das lutas contra a escravidão em nosso país, as histórias das lutas dos movimentos negros e suas diferentes implicações para formação de nossa sociedade (PEREIRA, 2012, p.118-119).

Destaca-se o trecho da fala de P3 e P4 quando dizem que a Lei nº 10.639/2003 “[...] é a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira”. Nessa parte, constata-se que P3 e P4 entendem que a Lei assegura o ensino das relações étnico-raciais. É relevante citar o discurso de P1 ao dizer que a Lei é importante para “[...] refletir sobre a maneira do nosso povo brasileiro e suas diferenças por regiões, pois o Brasil tem várias regiões com costumes e culturas diferentes”. Mediante esse pensamento, percebe-se que o estudo sobre o tema étnico-racial deve ser conhecido para ser valorizado, e também para aprender respeitar essas diferenças, desmitificando o preconceito e racismo existentes no ambiente escolar.

Em seguida, indagamos aos entrevistados se a criação de Leis é suficiente para garantir a inserção de conteúdos diferenciados no ambiente escolar e se essas Leis podem afetar ou não o cotidiano do aluno/a. Os professores concordam que a Lei em si é uma ferramenta importante, pois estabelece diretrizes que norteiam e dá suporte ao professor na abordagem sobre temas diversificados, pois garante uma maior qualidade no ensino, atendendo as reais necessidades da sociedade. Entretanto, os professores pontuaram que a criação de Leis não é suficiente para ocasionar mudanças sociais, da mesma forma que nem toda mudança social encontra-se na Lei. P2 respondeu que “não, somente a lei não basta, mas é um meio de divulgar e produzir conhecimento sobre a pluralidade étnico racial que existe em nosso país”. Já P3 aponta que “sim, deve ser muito bem trabalhado, mas não somente em novembro, mas sim durante o ano todo”. E P4 contribui dizendo que “elas ajudam, mas depende da abordagem e do desenvolvimento no ambiente escolar”.

Chama-nos atenção para a fala de P3 quando diz que a temática das relações étnico-raciais deve ser abordada e trabalhada durante o ano todo e não apenas em datas pontuais, como no Dia da Consciência Negra, que se refere ao período de significação da história e política. Em concordância com esse argumento, Medeiros (2019, p.109) salienta que a prática pedagógica.

Deve ir muito além da folclorização ou das datas comemorativas, uma vez que a sua finalidade maior mira a modificação de mentalidades, beneficiando o respeito as diferenças. Dialogar com o dia a dia dos

discentes e com a condição familiar, comunitária e sociopolítica deve ser, assim, algo constante e sucessivo.

A coordenadora do “Núcleo de Políticas Educacionais das relações Étnico-Raciais”, Eliana Boa Morte (2021, p.1) ressalta que a temática deve “ser trabalhada o ano inteiro, dentro do conteúdo curricular e em toda a sociedade, para que se combata o racismo, nas suas mais diversas formas, e se crie uma consciência antirracista”. Sendo assim, não se trata de uma incumbência e sim do óbvio, é necessário que a equipe docente seja orientada sob como desenvolver a temática dentro de sala de aula, de modo transversal, isto é, relacionando esse assunto com as outras disciplinas.

Questionamos os professores se a capacitação ou treinamento influencia ou não na qualidade e nas técnicas das regências. Em resposta P1, P2, P3 e P4 pontuaram que sim, pois as capacitações auxiliam o professor a centralizar a capacidade de argumentação na aula, a pensar suas práticas pedagógicas, trabalhar as diferenças, além de contribuir no enfrentamento situações- problemas vivenciados em sala.

Desta forma, verificamos que os professores consideram que os cursos de capacitação contribuem no seu processo de ensino e aquisição de conhecimentos, e quando se trata de assuntos referentes as relações étnicos-raciais, muitos professores não possuem uma preparação adequada, tem dificuldades em abordar temas como este, que é de suma importância. Existe a Lei que assegura o ensino das relações étnico-raciais, todavia, deve haver incentivo das políticas públicas, propondo ações e programas que favoreçam todas as esferas da educação, pois:

Embora essa ação seja realmente necessária para o sucesso da implementação de uma educação antirracista, precisamos pensar também nas/os profissionais que já estão atuando, que já são graduadas/os, e que em sua grande maioria não tiveram contato com essa temática durante sua formação. A partir de então se faz preciso pensar em educação complementar, continuada (MACEDO, 2017, p. 392).

Mediante a essa concepção da autora, é relevante que os órgãos públicos competentes se atentem e busquem ofertar uma formação continuada para os professores, que não tiveram as informações necessárias sobre o tema durante o período da sua formação acadêmica.

Em seguida, foi perguntado se na concepção dos professores os conhecimentos abordados nos cursos e capacitações são colocados em prática. Podemos analisar por meio das respostas que há opiniões divergentes entre os professores. Para P1 e P2 afirmaram

que os conhecimentos adquiridos nas capacitações são colocados em prática. Pode-se observar, que os professores foram concisos ao em suas declarações, não apresentaram nenhuma informação que desse complemento à sua resposta.

Já P3 e P4 se contradisseram dizendo que não, pois cursos não condizem com a prática, a realidade vivenciada em sala de aula. Considerando as falas dos dois professores, percebe-se que ambos apresentam uma ideia limitada quanto aos cursos de formação continuada, que possivelmente pode estar atrelada a métodos que já estão ultrapassados, não condizendo com a realidade da sociedade atual. Hengumuhle (2008, p.11) afirma:

[...] que essas teorias não podem ser simplesmente transportadas do contexto onde se formaram, para o contexto onde vivem nossos alunos. As realidades hoje são diferentes. Essas teorias precisam ser ressignificadas para os alunos em suas realidades, pois senão apenas se tornam coisas mecânicas a serem recebidas e repetidas.

Neste sentido, sabemos que a qualificação se inicia com a primeira graduação, em direção ao futuro é necessário buscar conhecimento que outrora não foram alcançados. A prática não pode ser automatizada, precisa passar por um processo de renovação, que impulse o docente a produzir novos conceitos, pois para conquistar o “novo” precisa de cursos de capacitação profissional. Reforçando que por meio da prática também se adquire aprendizados, pois todo indivíduo necessita de formação para atender as demandas do mercado. Em suma, Paulo Freire (1996, p.44) apresenta a seguinte colocação “[...] formação permanente é uma maneira que se pode melhorar a próxima prática”.

Na sequência foi perguntado a respeito do livro didático, se os docentes observaram alguma diferença na abordagem sobre o conteúdo, relacionado a cultura afro-brasileira, e nas imagens e representações. De acordo com os relatos, P1, P2 e P3 perceberam um certo tipo de construção de discriminação no livro didático, ou seja, o livro de maneira geral acaba apresentando conteúdos que fogem do cotidiano, das vivências e o desenvolvimento histórico-cultural de diferentes segmentos, especificamente os povos indígenas e negros. No ponto de vista dos professores, P1 diz que “sim, nas abordagens da época da escravidão no Brasil, as culturas diferentes destacadas nas regiões”. Já para P2 informa que “sim, muitos conteúdos não condizem com a realidade dos nossos alunos. A questão indígena por exemplo, figuras distorcidas e estereotipadas”. P3 responde que “É pouca a abordagem na arte, poderia ser mais enfatizada”.

Munanga (2008) pontua que grande parte dos livros didáticos descrevem a figura da criança negra e da população negra de forma estereotipada e caricata, inferiorizando e excluindo o processo de comunicação, direcionando-se na maioria das vezes ao grupo majoritário, formado por pessoas brancas e de classe média. Nesse contexto, entendemos que difusão de estereótipos que amplia a visão negativa do negro, faz do livro didático um veículo que estimula teorias e ideologias de inferioridades racial.

Por outro lado, P4 não se atentou em identificar essas alterações no livro didático, impedindo que ocorra a internalização do senso comum da desigualdade das diferenças sociais e culturais. Assim, é importante os professores contemplarem essas diferenças nos conteúdos e por motivos, é imprescindível que os educadores tenham uma formação específica nesse segmento, pois dessa forma estará “com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos” (MUNANGA, 2008, p. 22).

Posteriormente, os professores responderam sobre como acontece a inserção da temática étnico-racial em sala de aula. Os discursos dos professores nos mostraram modos diversificados de inserir o tema em sala de aula. Sobre a resposta de P1 compreendemos que a inserção da temática ocorre por meio do processo das transformações, ou seja, sua prática incumbe um olhar para a realidade escolar e a partir dela busca transformá-la, considerando a diversidade cultural, com capacidade de formar indivíduos conscientes quanto as relações étnico-raciais, evitando que produzam situações de discriminação e preconceito. P2, P3 e P4 revelaram que trabalham as diferenças por meio de livros infantis, histórias, obras de arte, imagens, filmes, contexto histórico e diálogo. Nessa perspectiva, os docentes utilizam de diversos recursos didáticos, assim a escolha desses materiais é muito importante, pois existem muitos livros e filmes que criam um sentimento de inferioridade das crianças negras, sempre marginalizando-os, colocados como escravos, cozinheiros, órfãos, até como pessoas criminosas. Nesse sentido, é de fundamental importância o professor saber identificar bons materiais, para que favoreça a promoção dos processos educativos, com atividades que não resumem a dizeres distantes da realidade, possibilitando os educandos a desfazerem seus conceitos racistas e acabar com qualquer forma de preconceito.

Quando interrogados se já presenciaram na sala de aula situações de preconceito e discriminação, P3 e P4 não evidenciaram nenhum tipo de preconceito em sala de aula, já P1 e P2 relataram que: “sim, e não somente preconceito referentes as relações étnico-

racial, mas sociais, poder aquisitivo, cabelos e roupas. (P1) Já P2 enfatiza que “com certeza, quando percebo, logo me importo. Enfatizo que o mundo é feito de diferenças e por isso temos que respeitar os outros. Muito preconceito que as diferenças que as crianças trazem consigo é resultado do que ouvem em casa”.

Diante dos relatos, observamos que “o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios a identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar” (CAVALLEIRO, 2000, p. 35), pois a identidade racial não é apenas construída no seio familiar, se constitui também durante o percurso escolar, sendo assim, a escola se torna o principal espaço para a desconstrução de uma educação antirracista e práticas pedagógicas que ensine a criança de qualquer cor/raça/etnia a aprender a amar e aceitar sua imagem são necessárias, pois constatar sua identidade é a primeira ação para a formação de uma sociedade que defenda a pluralidade cultural e que seja contra qualquer tipo de preconceito e discriminação.

Perguntamos como a escola contribui para perpetuação das desigualdades raciais. Apenas P1 respondeu à questão, os demais professores não souberam responder. P1 ao responder, disse que esse assunto é tido com naturalidade e que já presenciou casos de professoras sofrendo preconceito com os pais dos alunos. Desse modo, percebemos que lamentavelmente o racismo ainda é uma realidade nas escolas, a presença de preconceito é detectada através do discurso de P1 e essas práticas não ocorre apenas com alunos, mas com professores também. Por meio da fala do professor não podemos afirmar que a escola contribui para a disseminação da desigualdade racial, mas podemos dizer que é um âmbito potencial para o processo de construção de igualdade racial e o professor é a principal mediador desse processo ideológico e que precisa estar preparado para exercer esse papel.

A discussão de dados trata da opinião de professores sobre a criação de leis para garantir a inserção de conteúdos diferenciados no ambiente escolar e a importância da capacitação ou treinamento para influenciar na qualidade e nas técnicas das regências. Os professores concordam que a lei é importante, pois estabelece diretrizes que norteiam e dão suporte ao professor na abordagem sobre temas diversificados, mas pontuam que a criação de leis não é suficiente para ocasionar mudanças sociais, e que é necessário um trabalho constante e sucessivo.

Os professores consideram que os cursos de capacitação contribuem no seu processo de ensino e aquisição de conhecimentos e que muitos professores não possuem uma preparação adequada para abordar temas como relações étnico-raciais, que são de

suma importância. É relevante que os órgãos públicos competentes se atentem e busquem ofertar uma formação continuada para os professores que não tiveram as informações necessárias sobre o tema durante o período da sua formação acadêmica.

Na concepção dos professores os conhecimentos abordados nos cursos e capacitações são colocados em prática, mas há opiniões divergentes entre eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa discutiu a importância de valorizar a diversidade étnico-racial nas escolas e os desafios de abordar questões relacionadas ao preconceito e à exclusão. O estudo tem como objetivo investigar como as relações étnico-raciais são estabelecidas nos primeiros anos do ensino fundamental em uma escola pública em Naviraí-MS. A pesquisa foi conduzida por meio de trabalho de campo, incluindo questionários com quatro professores que trabalham na escola. Os objetivos do estudo foi investigar a implementação da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigação de ensinar história e cultura afro-brasileira nas escolas, analisar como a escola abordou o tema das relações étnico-raciais com os alunos e identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e pela escola ao lidar com situações de preconceito e exclusão. O estudo também destaca a importância das relações étnico-raciais para a educação, incluindo a necessidade de promover o valor da cultura afro-brasileira e a promoção da igualdade racial.

Concordo plenamente com a importância de trabalhar a temática étnico -racial de forma contínua ao longo do ano letivo. Apenas abordar o assunto de forma pontual ou superficial não é suficiente para combater efetivamente o preconceito e a discriminação. É necessário que haja políticas públicas sólidas e bem estruturadas, que promovam a inclusão e a igualdade racial no ambiente escolar.

Além disso, concordo que os professores devem receber capacitação adequada para identificar possíveis casos de discriminação ou preconceito. É fundamental que eles estejam preparados para lidar com situações desafiadoras, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos. Isso envolve conhecer a história e cultura afro-brasileira, desconstruir estereótipos e preconceito, e promover o respeito às diferenças.

Portanto, acredito que investir em políticas públicas que fortaleçam a educação das relações étnico-raciais, aliadas à capacitação dos professores, é essencial para construir uma sociedade mais igualitária e justa. Dessa forma, estaremos contribuindo

para a formação de cidadãos conscientes, capazes de valorizar a diversidade e combater qualquer forma de discriminação, seja ela racial, étnica ou qualquer outra.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOA MORTE, Eliane. **Temática racial deve ser tratada o ano inteiro**. Secretaria de Educação/ Prefeitura Salvador – BA, 2021. Disponível em: <<http://educacao3.salvador.ba.gov.br/eliane-boa-morte-tematica-racial-deve-ser-trabalhada-o-ano-inteiro/>>. Acesso em: 20 Set. 2022.

BRASIL. **Decreto 20 de novembro de 1995, que institui um grupo de trabalho interministerial, com a finalidade desenvolver políticas públicas para a valorização da população negra e dá outras providências**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=20/11-1&ano=1995&ato=6b3Iza65EeJpWTce0>. Acesso em: 4 de junho 2023.

BRASIL. **Decreto 10.087, de 05 de novembro de 2019**. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003, p. 01. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 Out. 2022.

BRASIL. Ministério da educação. **Pacto Nacional pela alfabetização pela idade certa (PNAIC)**. Portal do Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br>>. Acesso em: 08 de Abril 2023.

CAMATA, Manuela Brito Tiburtino; DA COSTA, Eliane Gonçalves. A Perspectiva histórica da Lei 10.639/03–Movimentos, cenários e percursos. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, n. 6, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/27911>>. Acesso em: 12 Out. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005.

DIAS, Lucimar Rosa. “Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639/03 de 2003”. In: Secretaria Da Educação

Continuada, Alfabetização E Diversidade. **Educação do negro e outras histórias**. Brasília, SECAD/ UNESCO, 2005, p. 49- 62.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Kallyane Bernadino. **DIVERSIDADE ÉTNICO- RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: Percepção e atuação de professoras de uma escola municipal na cidade de Campina Grande/PB**. 2019. 48.F. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em educação. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira: problemas de movimento e renovação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2022. Pg 115-116

GOMES. Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. **Revista Políticas e Sociedade**. Volume 10, nº 18, p. 133-154, abril de 2011.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Formação de Professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

MACEDO, Aldenora. Negar, silenciar, apagar: A gestão escolar frente a educação antirracista. **Revista da ABPN** • v. 9, n. 22 • mar – jun. 2017, p.385-408. *ibid.*, p.387.*ibid.*, p.389.

MEDEIROS, Maria Fabrícia de. **Práticas Pedagógicas e Relações Étnico-raciais: uma análise da construção da identidade negra da criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de João Pessoa**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF. Jacques e NORA, Pierre. **História** (volumes I) tradução de Theo Santiago, Rio De Janeiro: F. Alves, 1976. Disponível em:

<<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/372/1/Andrea%20da%20Silva%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Em Brandão, André Augusto P. (Org.), **Cadernos Penesb 5**. Niterói, RJ. 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica. 2006.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 1, Ano - 2012.

PEREIRA, Márcia Moreira; DA SILVA, Maurício Pedro. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, 2012.

PINOTTI, Melina Lima. **O movimento e a configuração da Lei 10639/03**. 2016. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/47/1477018313_ARQUIVO_artigoCompleto.pdf. Acesso em: 01 julho 2023.

PORTAL ÌROHÌN. **Por uma política nacional de combate ao racismo e a desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida**. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda, 1996. Disponível em: <https://irohin.org.br/index.php/memoria-negra/marcha-zumbi1995.html>. Acesso em: 15 Out. 2022.

SANTOS, Diego Junior da Silva; PALOMARES, Nathália Barbosa; NORMANDO, David; QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod**, v.15, nº5, p.121-125 Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/dpjo/a/cpSn3rmDvrkMNTHj7bsPxgh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 Ago. 2022.